

Estudo da paisagem rural em áreas de ocupação germânica na antiga colônia provincial de Nova Petrópolis: segunda metade do século XIX até meados do século XX

Silvio Silmar Peter¹ | Doris Rejane Fernandes²

Resumo

A pesquisa sobre a paisagem cultural do meio rural em áreas de ocupação germânica, nas localidades de Linha Araripe, Nove Colônias, Linha Marcondes e Campestre do Tigre, inseridas no município de Nova Petrópolis/RS, investigou as transformações ocorridas nesses locais por meio da imigração. Esses locais selecionados são detentores de valor histórico e identitário, cujos aspectos culturais e do conjunto de práticas depositados nesses lugares ajudam a compreender as transformações da paisagem dessas comunidades na contemporaneidade. Para tanto, o resultado desta pesquisa apoiou-se na literatura referente à paisagem cultural, história da imigração germânica no Brasil e observações *in loco*. As transformações do meio natural em paisagem cultural por meio da formação dos núcleos colônias em Linha Araripe, Nove Colônias, Linha Marcondes e Campestre do Tigre, após a segunda metade do século XIX, segundo período imperial, e meados do século XX, período republicano, refletiram nos processos para a construção dos espaços onde as características arquitetônicas, hábitos, costumes e valores são testemunhos singulares, próprio dessa região. Dessa maneira, foi possível identificar como o imigrante adaptou-se e transformou esses lugares em um lugar familiar, onde estão depositadas suas heranças culturais.

Palavras-chave: Paisagem cultural. Patrimônio. Imigração. Identidade.

Abstract

The research on the cultural landscape of the countryside in german occupied areas, in the locations of Linha Araripe, Nove Colônias, Linha Marcondes and Campestre do Tigre, inserted in Nova Petrópolis/RS, investigated the changes that occurred in these places through immigration. These selected sites are holders of history and identity value, whose cultural aspects and set of practices deposited in these places help to understand the landscape transformation of these communities nowadays. Therefore, the result of this research was supported in the literature regarding the cultural landscape, history of German immigration in Brazil and in situ observations. The transformation of the natural environment in cultural landscape through the formation of nucleus colonies in Linha Araripe, Nove Colônias, Linha Marcondes and Campestre do Tigre, after the second half of the nineteenth century, second imperial period, and mid-twentieth century, republican period, reflected in the processes for the construction of spaces where the architectural features, habits, customs and values are unique testimonies, specific to that region. In this way, it was possible to identify how the immigrant adapts and turned these places in a familiar place, where are deposited their cultural heritage.

Keywords: Cultural landscape. Patrimony. Immigration. Identity.

¹ Acadêmico do curso de História das Faculdades Integradas de Taquara - Faccat/RS. petershistoria@gmail.com

² Professora orientadora. Faculdades Integradas de Taquara - Faccat/RS. dorisrejane@gmail.com

1 Introdução

No decorrer da história da humanidade, foram diversos os motivos que incitaram e impulsionaram o domínio e exploração do ambiente natural. A partir dos interesses relacionados às questões econômicas, sociais e culturais, cada grupo étnico definiu e organizou seu espaço conforme suas características culturais. Essas interferências antrópicas no espaço, transformando a paisagem natural em paisagem cultural, podem explicar e representar os diferentes momentos de desenvolvimento de um grupo, de uma comunidade e/ou de uma sociedade. Esses espaços, que sofreram interferências e transformações da paisagem, foram analisados sob a ótica da imigração germânica no sul do Brasil, especificamente no atual município de Nova Petrópolis/RS.

Sendo a área geográfica de interesse e pela carência de pesquisa, realizaram-se observações e análises nas localidades rurais de Nove Colônias, Linha Marcondes, Campestre do Tigre³, e Linha Araripe. Para essa observação, priorizou-se o período temporal que está fixado na segunda metade do século XIX, o qual corresponde ao segundo Império, e meados do século XX, período republicano. A explicação para esse marco cronológico envolve questões territoriais⁴ e os novos métodos de cultivo⁵.

A escolha das quatro localidades deu-se devido à relação entre o homem e o meio natural, que proporcionou uma paisagem cultural de valor ímpar, onde ainda se percebem alguns traços culturais deixados como herança pelos primeiros grupos de imigrantes e/ou descendentes de imigrantes que ocuparam esses lugares. Essa herança cultural das primeiras famílias de colonos a ocuparem essas paragens pode ser percebida na arquitetura, em algumas plantas exóticas, nos modos e costumes, nos saberes e fazeres, assim como a absorção da cultura nacional em seus hábitos, que estão atrelados à dieta, à vestimenta, a alguns métodos de cultivo e de trabalho.

Dentro do contexto da formação da paisagem cultural rural, deparamo-nos com alguns questionamentos que puderam nortear nosso trabalho: quais abordagens privilegiam descrições sobre a ação antrópica na paisagem? Como se deu a ocupação do espaço e as formas de uso da terra? Qual é a importância dessa herança na contemporaneidade e quais suas representações? Quais os atributos na paisagem desse espaço que se promove como descendente de alemães? Por meio desses

³ Segundo antigos moradores, a localidade do Campestre do Tigre, por meio de suas escrituras de terras, era parte integrante da Linha Marcondes até meados do século XX. O nome Campestre do Tigre, também mencionado pelos habitantes, origina-se de relatos dos mais antigos moradores, que foram testemunhas oculares da presença de felinos de grande porte na localidade.

⁴ Parte de Linha Araripe, Linha Marcondes, assim como Campestre do Tigre, até meados do século XX, pertenciam à Nova Petrópolis, que era uma antiga colônia provincial do Rio Grande do Sul até 1875. Após essa data, 1875, passou a ser 3º Distrito de São Sebastião do Caí. Na atualidade, essas três localidades estão incorporadas ao município de Gramado.

⁵ Referente aos novos métodos de cultivo, é a partir de meados do século XX que se deu início a utilização de ferramentas agrícolas mais sofisticadas para o plantio e colheita em nível industrial. Denominado como “revolução verde”, esse novo procedimento também passou a moldar a paisagem com mais rapidez, pois o que antes era uma agricultura tradicional, o uso de tração animal e também braçal, as transformações na paisagem ocorreram “lentamente”.

questionamentos e para obter uma melhor compreensão e entender os diferentes olhares e significados, maneiras de construção do ambiente que estão impressos na paisagem, além do aporte teórico, realizamos saídas de campo, ocorridas em períodos aleatórios entre os anos de 2012 a 2015, que tiveram como um dos objetivos perceber e analisar as mudanças na paisagem sucedidas pela ação antrópica e natural, assim como mostrar sua importância enquanto fontes de pesquisa na construção histórica.

O recorte teórico sobre o tema e compreensão da paisagem cultural em áreas rurais da antiga colônia provincial de Nova Petrópolis atém-se à apresentação de autores contemporâneos das duas últimas décadas do século XX e do atual século XXI, como Milton Santos (1926-2001), o qual oferece alguns conceitos para compreensão espacial. Para Santos (2006), o espaço como meio natural é a matriz, o tempo presente, já as manifestações culturais articuladas nesse espaço formam a paisagem cultural, que é transtemporal, ou seja, a junção entre objetos do passado com o presente.

Dessa configuração, a paisagem pode ser, ao mesmo tempo, forma, produto, processo e função, que se apresentam com significados diferentes frente ao momento histórico em que estão inseridos, no qual se articulam componentes naturais, econômicos e culturais. Nessa perspectiva, o ser humano, como protagonista do seu próprio tempo, transforma seu espaço segundo as suas necessidades e tradições, uma vez que deposita suas características culturais, tanto a nível material como imaterial. Segundo Paul Claval (2001), a paisagem é constantemente modelada e construída materialmente de variados métodos, conforme os interesses e conhecimentos de cada grupo social. Desse modo, a paisagem cultural é resultado da combinação dinâmica entre elementos físicos, biológicos e antrópicos.

Como o recorte geográfico escolhido fez parte de um processo de colonização alemã dos interesses políticos do império brasileiro, fizemos uso de fontes recentes, como a obra *190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul*, de Martin Dreher. Nessa obra, Dreher (2014) pontua as condições de muitos agricultores em algumas regiões da Alemanha, assim como os motivos políticos e sociais que fomentaram a imigração ao Brasil, especificamente ao Rio Grande do Sul. Essas novas abordagens nortearam o entendimento sobre os processos imigracionistas para o sul do país, assim como as formas de ocupação nas áreas destinadas aos imigrantes germânicos.

Referente às áreas de assentamentos, utilizamos as obras das autoras Virgínia Elisabeta Etges (2000) e Juliana Bublitz (2014), que expuseram, a partir de algumas realidades, os modos de ocupação e adaptação do imigrante e/ou descendente em áreas de florestas, os quais procuram transformá-las em ambientes semelhantes da terra natal. Também procuramos fazer uso de documentos referentes à preservação das paisagens culturais como cartas patrimoniais tanto em âmbito mundial como nacional.

A estruturação do artigo apresenta-se, em primeiro plano, o conceito de paisagem desde obras artísticas e literárias, passando pelas interpretações de naturalistas e viajantes até se tornar alvo de interesse por pesquisadores europeus, na segunda metade do século XIX e americanos no século XX. Posteriormente, há os estudos

da paisagem cultural no Brasil, análise da paisagem cultural por meio da imigração germânica no Rio Grande do Sul e, por último, a modificação da paisagem por meio da imigração germânica na antiga Colônia Provincial de Nova Petrópolis do Império Brasileiro, com um breve contexto histórico de ocupação do atual município de Nova Petrópolis/RS.

2 Análise sobre o conceito de paisagem

As atividades humanas que motivaram ações na modificação da paisagem natural em paisagem cultural são tidas como “objeto” de estudo para os geógrafos há várias décadas, mas, de fato, a geografia cultural teve seu afloramento no findar do século XIX na comunidade intelectual europeia. Esse interesse, segundo Zeny Rosendhal e Roberto Lobato Corrêa (1999), está ligado à diversidade dos efeitos da ação humana sobre as regiões habitadas. Como resultado das práticas humanas, as paisagens naturais modificadas passaram a ser alvo de estudo por geógrafos e historiadores no século XX, sendo denominadas de paisagens culturais. Entende-se por paisagem, no sentido mais clássico, toda dimensão geográfica que se pode visualizar, podendo ser constituída por elementos naturais e/ou culturais. Sendo definida como domínio visível, é feita de forma seletiva, pois cada indivíduo é único, assim pode apresentar várias versões do mesmo cenário.

A concepção de paisagem surgiu, inicialmente, com as obras de pinturas, passando para a literatura do período renascentista europeu, entre os séculos XV e XVI, que perdurou até o século XVIII. Entre os pintores, Edvânia Tôrres Aguiar Gomes (2001) menciona que os flamengos se destacaram em ressaltar a natureza, primeiramente de forma selvagem, posteriormente como uma natureza bucólica e harmônica.

Naquela época, os pintores procuravam retratar a natureza idealizada e romancada como um Jardim do Éden⁶ (CALAINHO, 2014), assim como valorizar o território como algo belo e/ou explicitar, em uma forma saudosista, uma paisagem que não existia mais. Desse modo, a estética iconográfica da paisagem correspondia ao belo, motivo que gerou interesse nas pessoas em apreciar a natureza com outro olhar, isto é, contemplá-la como algo majestoso e divino. Em alguns casos, a pintura retratava uma porção da natureza elegida pelo observador, uma representação quase que fiel da realidade. Sendo assim, por meio do imaginário da sociedade ocidental renascentista, Maria Tereza Duarte Paes Luchiari afirma:

A partir do século XVI, a noção de paisagem emerge das novas técnicas de pintura e se expande para a literatura. A paisagem não possuía um sentido de unidade; era o sentimento de natureza, reproduzida como um éden em jardins fechados, a que ela remetia (LUCHIARI, 2001, p. 14).

⁶ A iconografia idealizada como “Jardim do Éden”, o paraíso, pode estar vinculada ao valor teológico medieval, pois, por meio dela, representava-se a doçura da comunicação com o universo celestial, o céu. A explicitação de um mundo sublime nas pinturas de quadros e/ou vitrais das catedrais tinha como interesse ensinar aos homens a glória do poder divino.

Já para Costa e Primon (*apud* COSTA; SERRES, 2014⁷), “[...] essa manifestação artística teria desempenhado papel importante para o desenvolvimento de códigos estéticos de apreciação da natureza, com a aproximação do homem com o mundo natural [...]”. Desse modo, as belezas cênicas dos lugares transmitiam uma concepção puramente estética da paisagem. Essa concepção de paisagem era apenas um recorte da dimensão dentro da Geografia. Percebe-se que a ideia não era representar um todo, mas registrar cenas bucólicas das manifestações de determinado grupo e/ou a natureza em seu estado “virgem”.

Representadas nas pinturas e literatura, Rafael Ribeiro (2007) menciona que as paisagens idealizadas são a representação do mundo visível do espectador. Ao fazerem essas observações, os indivíduos também aguçam a sensibilidade e passam a conhecer e expressar sentimentos a partir do mundo exterior. Entendemos que a paisagem é formada dentro de um processo e função que se apresenta com múltiplos significados distintos. É contemporânea ao momento histórico em que está inserida, no qual se articulam elementos naturais, econômicos e culturais. Assim sendo, a paisagem é indicadora de conteúdo vivo e de processos dinâmicos, que estão em constante atividade. Essas atividades podem estar relacionadas a elementos geográficos como: físicos, que englobam o relevo (plano e/ou acidentado e hidrográfico); biológicos, que estão atrelados à fauna e à flora; e antropizados, que estão relacionados às manifestações humanas.

Podemos entender que paisagem natural é aquela que ainda não foi alterada de forma significativa por qualquer ação antropóide, estando sua condição integrada ao ritmo do meio ecológico. Já a paisagem cultural é aquela onde estão expressas as atividades humanas, ou seja, relaciona-se à presença de elementos culturais, que podem expor as manifestações materiais e imateriais de determinado grupo ou sociedade.

Partindo desse entendimento, a paisagem não deve ser percebida como algo inerte, mas como algo que sofreu atividade humana no espaço, sendo transformada de acordo com os interesses econômicos, sociais e culturais. As formas de interação do indivíduo na paisagem são muito mais que imagens da natureza: são construções e identidades que, expostas ao ambiente, acabam disponibilizando fontes materiais que permitem ao homem perceber a ocupação de determinada região e época, isto é, os espaços construídos e agenciados pelos seus habitantes e as modificações ocorridas ao longo do tempo em áreas rurais e/ou urbanas.

3 Abordagem dos estudos da paisagem como ferramenta à compreensão das manifestações culturais e sociais no espaço

Dentro dos estudos geográficos, as análises referentes à paisagem começaram a ser abordadas de forma mais direta por viajantes, pesquisadores e exploradores a partir do século XIX, os quais, ao percorrerem regiões distintas, catalogavam espécies da fauna e flora, assim como registravam a morfologia da paisagem.

⁷ Citação retirada do texto em que não há indicação de página.

Entre os pesquisadores, destaca-se o germânico Alexander von Humboldt (1769-1859), que, mesmo antes de a Geografia ser considerada disciplina acadêmica, é tido por muitos como um dos precursores dos estudos da paisagem a partir de uma visão naturalista. No final do século XVIII e início do XIX, suas pesquisas estavam voltadas para a América do Sul e Central. Ribeiro pontua:

Humboldt inspirou na ciência geográfica que nascia o objetivo de estudar a fisionomia natural exclusiva de determinadas porções da Terra. Assim, em Humboldt, segundo o espírito toda Naturphilosophie alemã, a paisagem é entendida como a imagem da natureza em seu caráter totalizante. Dentro dessa tradição, a paisagem passa a ser tomada como um dos centros da atenção para muitos daqueles que reforçam o caráter sintético dos estudos de geografia, influenciando os trabalhos da geografia clássica, finalmente institucionalizada academicamente, do final do século XIX (RIBEIRO, 2007, p. 17-18).

Percebemos que a influência de Alexander von Humboldt começou a nortear o conhecimento científico da natureza à sua contemporaneidade. Para Ribeiro (2007), Humboldt ofereceu a base para as primeiras pesquisas e definição de paisagem para a geografia moderna, que surgiu no final do século XIX. A paisagem como objeto de análise da Geografia passou a oferecer um amplo campo para o estudo dos componentes naturais e culturais. Portanto, dentro dos estudos geográficos, a paisagem passou a ser entendida como parte de um contexto territorial, isto é, o modo como é analisada, descrita e percebida. Assim sendo, pesquisadores passaram a utilizá-la como ferramenta para compreender as manifestações culturais e sociais no espaço.

Sobre as questões referentes às modificações da natureza pela ação antrópica, o estudo da paisagem desencadeia revelações e transformações importantes, conforme alguns pesquisadores que trabalham e abordam o conceito de paisagem cultural. Segundo Paul Claval (2001), os estudos da paisagem cultural e/ou geografia cultural têm sua gênese no início do século XX com pesquisadores alemães e franceses, os quais serviram de fontes posteriormente aos estadunidenses.

Entre os pesquisadores que se destacam na Alemanha, referente à pesquisa da paisagem cultural, está Otto Schlüter (1872-1959). Conforme Ribeiro (2007, p. 18), Schlüter foi um dos primeiros a mencionar os termos “geografia cultural”, “paisagem natural” e “paisagem cultural”, o que originou a morfologia da paisagem cultural. Seus estudos estavam voltados aos assentamentos humanos, casas, campos, cercados, etc. Para ele, a paisagem podia ser moldada pelas forças da natureza e pela vida, assim como pela ação antrópica. Esses estudos constituem o que outros entendidos do assunto chamam geralmente de *Landschaft*⁸ e *Kulturlandschaft*⁹.

⁸ *Landschaft* pode representar paisagem e região, conceito criado na segunda metade do século XIX pelos geógrafos físicos alemães (GEOMORFOLOGIA E PAISAGEM, 2015).

⁹ *Kulturlandschaft*: termo criado por Otto Schlüter para representar a paisagem modificada pela ação humana.

Na França, Vidal de La Blache (1845-1918) é considerado um dos maiores expoentes das pesquisas sobre geografia cultural, cuja análise de seus estudos contrastava com as pesquisas realizadas do geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904)¹⁰. As pesquisas de La Blache partem das influências do meio ecológico sobre as sociedades humanas e também das técnicas e instrumentos que os homens confeccionavam para modificar seu ambiente de acordo com suas necessidades. Segundo Almeida (2014), para La Blache, o homem era percebido como um ser ativo, que age de acordo com o ambiente, que pode atuar e transformar segundo suas necessidades. As pesquisas de Vidal colocaram por terra o determinismo geográfico das escolas francesas influenciadas pela teoria de Ratzel. O meio geográfico não determina as ações antrópicas, mas pode oferecer possibilidades para que haja uma inter-relação entre indivíduo e o meio natural. Para Paul Claval (2010), segundo as pesquisas realizadas por La Blache, a natureza não determina: ela abre possibilidades ao homem desenvolver estratégias, criar soluções e utilizar as técnicas que domina e/ou inovar. Dentro dos estudos da paisagem, Vidal de La Blache procurava não a solidificar, pois há realidades geográficas distintas que se mostram estáveis ou se desenvolvem lenta e gradualmente.

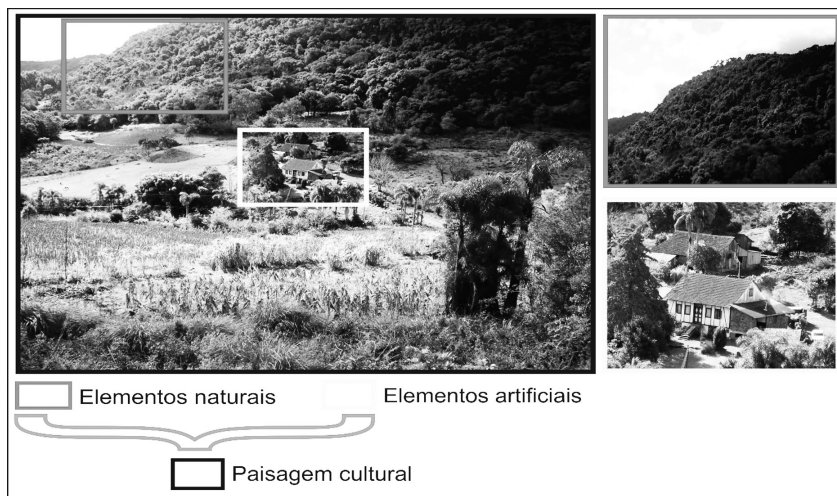
Nos Estados Unidos, Carl Ortwin Sauer (1889-1975) fundou a escola de Berkeley para direcionar os estudos e pesquisas sobre cultura e espaço com fundamentos nas teorias dos pesquisadores europeus, entre eles franceses e alemães. De 1910 até a Segunda Guerra Mundial, esses estudos eram ignorados pela academia estadunidense. Os pesquisadores da geografia determinista procuravam dar ênfase apenas à coleta de dados e às representações cartográficas com duas legendas, uma de forma natural e a outra de forma cultural. Segundo Corrêa (2001), Carl Sauer tinha um grande interesse pela história, que era um dos motivos a rejeitar o determinismo ambiental a que foi exposto enquanto estudante na universidade dos Estados Unidos por volta da segunda década do século XX.

A aproximação de Sauer com antropólogos e historiadores resultou em conhecimentos e estudos morfológicos da paisagem, segundo os quais a paisagem é constituída em partes de matéria viva, a qual se submete às várias mutações conduzidas pelos homens, isto é, construções de casas, estradas e campos cercados, etc. Sendo assim, segundo Corrêa (2001), para Sauer, a paisagem é junção dos recursos naturais com expressões culturais, ou seja, elo entre elementos naturais e artificiais.

Na Figura 1, inserida na página seguinte, tem-se a apreciação teórica de Carl Sauer.

¹⁰ Os estudos de Friedrich Ratzel estavam baseados no determinismo geográfico, sendo esse conceito aplicado por ele mesmo para justificar as influências naturais e físicas do meio ambiente ao homem. Vidal de La Blache contrapusera a teoria do determinismo de Ratzel, mencionando que os elementos físicos geográficos não exerciam influência determinativa, mas que poderia oferecer possibilidades.

Figura 1 - Junção dos elementos naturais com artificiais que, conforme a manifestação étnica, desenvolveu-se uma paisagem cultural na localidade de Nove Colônias, Nova Petrópolis



Fonte: Elaborado e acervo particular de Peter, verão de 2014.

Ao observar de forma detalhada uma determinada paisagem, é possível perceber as mudanças que ocorreram ao longo do tempo e/ou em diferentes períodos do mesmo ano. Essas mudanças podem ocorrer tanto de forma natural ou com modificações que envolvem as atividades humanas.

Rafael Winter Ribeiro (2007) menciona que foi somente nos EUA, com Carl Sauer, que a geografia cultural ganhou uma posição independente dentro dos estudos da geografia em que o conceito de paisagem tinha seu espaço de destaque. Assim como Vidal de La Blache, Sauer também criticava o determinismo ambiental e afirmava a geografia como história espacial da cultura. No ano de 1925, publicou um trabalho, *The morphology of Landscape*¹¹, que logo se tornou referência nos estudos da geografia.

Os estudos de Sauer fundaram um novo olhar sobre as pesquisas referentes à paisagem, a qual, segundo seu entendimento, deveria então analisar as formas físicas e culturais, pois a ação humana exerce poder modificador no meio ambiente. Abordando suas contribuições, o estudo da paisagem cultural representou uma ruptura em relação ao determinismo ambiental e/ou geográfico. Podemos mencionar que Carl Sauer está entre os primeiros pesquisadores a estudar a paisagem de forma integrada e é considerado como uma das matrizes da geografia cultural moderna (CORRÊA, 2001). Seus estudos passaram a influenciar pesquisadores de diversos lugares, inclusive no Brasil.

¹¹ Na obra *Morfologia da Paisagem*, Carl Sauer contextualiza os pesquisadores da geografia determinista, que acreditavam no poder transformador que a natureza exercia sobre o modo de vida do homem.

4 Estudos da paisagem cultural brasileira como patrimônio cultural

Os estudos referentes à paisagem cultural e sua proteção passaram a ganhar mais suporte e destaque a partir da década de 1970. Em 16 de novembro de 1972, foi realizada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e aprovada na Reunião de Paris, a Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural, que estabelecia a inscrição de bens como patrimônio mundial. Conforme a Convenção, os bens elencados eram inventariados e classificados para serem inscritos de acordo com os valores atribuídos, ou seja, poderiam ser classificados como patrimônio natural ou patrimônio cultural (RIBEIRO, 2007).

Cabe ressaltar que a paisagem como elemento de estudo e preservação no plano internacional já havia sido mencionada na década de 1930. A Carta de Atenas¹², de 1931, elaborada durante o I Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos, mencionava a preocupação com a ambientação de determinados bens culturais. O documento alertava que certos conjuntos, como monumentos, plantações e ornamentações vegetais convenientes, deveriam ser preservados com o objetivo de preservar as características originais do bem patrimonial selecionado. No ano de 1972, a ONU (Organização das Nações Unidas) organizou um evento conhecido como a Primeira Cúpula da Terra em Estocolmo, Suécia, em que foram discutidas questões de preservação referentes ao meio ambiente. As discussões envolviam as questões culturais e naturais, pois os dois conceitos eram percebidos de forma única e, dentro desses estudos, entendia-se que o cultural tem sua fundamentação no natural e, por meio do cultural, analisa-se e compreende o natural.

Já no Brasil, os interesses voltados à paisagem cultural vêm à luz mais especificamente a partir da década de 1990, com a Eco 92. Na primeira década de 2000, esse interesse ganhou força, o que acabou gerando documentos que viabilizam a preservação de paisagens culturais de valor singular. Entre a documentação, há a Carta de Bagé (2007) e a Chancela de Paisagem Cultural, criada em 2009, com suporte do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN).

A *Carta de Bagé*¹³ ou *Carta da Paisagem Cultural*, por meio dos seus 12 artigos, tem como finalidade fornecer suporte de defesa e preservação às paisagens culturais em geral no Brasil. Para que ocorra a validação da preservação da paisagem

¹² De acordo com o documento, há a seguinte afirmação: Art. 3. A conferência recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais. Em certos conjuntos, algumas perceptivas particularmente pitorescas devem ser preservadas. Deve-se também estudar as plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados (IPHAN, 1931, p. 2).

¹³ A *Carta de Bagé* tem como base e amparo o artigo 216 da Constituição Brasileira de 1988: Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

cultural, ela deve ser reconhecida mediante certificação pelos órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural. Já a Chancela da Paisagem Cultural é um instrumento que auxilia na preservação do patrimônio cultural brasileiro. É responsável por certificar os atributos que particularizam uma localidade, que a tornam singular das demais. Ressalta-se que a chancela não se aplica a todos os lugares. Então, o que pode viabilizar a certificação é se o recorte territorial escolhido possui características peculiares se comparadas com outras regiões do país.

No Brasil, a conservação e proteção das expressões culturais, independente do grupo étnico, é assunto tratado há mais de meio século. Para Ribeiro (2007), a paisagem tratada como patrimônio cultural variou no decorrer dos setenta anos de Constituição¹⁴. Até a década de 1980, o conceito de paisagem cultural estava atrelado ao de patrimônio cultural. A partir da década de 1990, e intensificada após o ano de 2000, ocorreu uma série de ações que tinham como interesse incorporar a paisagem como um bem patrimonial por meio de novas abordagens para qualificação de paisagem cultural.

Para Lobato Corrêa (1999), a redefinição de áreas culturais brasileiras está em andamento e ampliar-se-á no decorrer do século XXI. Para esse período, devido à heterogeneidade cultural do Brasil, Corrêa (1999) também menciona alguns temas para a pesquisa, tais como: a paisagem rural brasileira como produto e, ao mesmo tempo, como matriz cultural; a percepção e avaliação do impacto ambiental por parte dos diversos grupos sociais; as trocas de mercadorias por meio das feiras e comércio itinerante; as múltiplas manifestações religiosas, delimitando espaços sagrado e profano; o linguajar regional; a cultura popular e suas variantes; os contatos e conflitos étnicos provindos do processo inter-regional; a interpretação de obras como literárias, música, pintura e cinema que mencionam as paisagens e lugares; a distinção e delimitação de áreas culturais.

Adotado pela UNESCO no início da década de 1990, o conceito de paisagem cultural é percebido como uma ferramenta para reconhecimento dos bens culturais mundial. Segundo Ribeiro (2007), no contexto dos planos de preservação das paisagens culturais, no ano de 1995, ocorreu uma convenção entre representantes do meio ambiente europeu (Convenção Europeia da Paisagem), a partir da qual adotaram a Recomendação R (95).

Comparando a Convenção Europeia da Paisagem com a Convenção da UNESCO, percebemos que as duas diferenciam-se em alguns aspectos. Por meio dessa análise, entendemos que a Convenção da UNESCO atua em escala mundial, isto é, que as manifestações culturais de determinado grupo são compartilhadas por toda a humanidade como, por exemplo, o sítio arqueológico das Ruínas de São Miguel Arcanjo, no município de São Miguel das Missões/RS. Enquanto isso, a Convenção Europeia atua em escala territorial, ou seja, em nível nacional ou local, que estabele-

¹⁴ A Constituição de 1937, artigo 134, menciona que: Art. 134 - Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

lece políticas que reconheçam juridicamente a paisagem como um componente importante do ambiente humano, onde estão expressas no ambiente as manifestações culturais e também naturais. Mesmo havendo certas diferenças, ambas convenções tratam o conceito de paisagem cultural como um meio integrador para a compreensão da realidade de determinado espaço, percebendo-se uma comunhão singular de valor ímpar entre homem e o ambiente natural (RIBEIRO, 2007).

5 Breve contexto histórico referente às questões que envolveram a imigração para o Brasil

No final do século XVIII e decorrer do XIX, a Europa passou por profundas mudanças, que intensificaram problemas econômicos e transformações sociais ligados à Revolução Francesa, Revolução Industrial e às guerras napoleônicas. Entre os setores econômicos mais afetados estava a agricultura, que passou por severas modificações, tais como: partilha e perda de terras por parte dos camponeses, assim como sua expulsão; aumento populacional e diminuição da mortalidade; introdução da maquinaria na agricultura, impulsionada pelas indústrias, que ocasionou diminuição do trabalho manual; êxodo rural; inchaço populacional nos centros urbanos; problemas de infraestrutura e revoltas sociais.

A providência do Estado diante dessa situação era retirar esses indivíduos de circulação e colocá-los em Casas de Correção, locais que só deveriam deixar quando conseguissem comprovar trabalho e moradia estáveis (DREHER, 2014). Para amenizar os problemas políticos, econômicos e sociais, um dos escapes para tal situação foi a busca por novas terras. Essas novas terras estavam além-mar, no continente americano, e poderiam significar alimentação, dignidade, prosperidade e cidadania.

Segundo Sandra Jatahy Pesavento (2002), por questões políticas, econômicas e sociais, o governo imperial brasileiro possuía um projeto empreendedor. A ideia era trazer imigrantes da região central da Europa para substituir a mão de obra escrava para a mão de obra livre, objetivando a colonização das áreas de florestas e ocupação das terras devolutas com interesse de limpar e manter a unidade do território brasileiro.

A formação de pequenos núcleos de proprietários agrícolas também atenderia aos planos do Governo Imperial para tentar desarticular e paralisar o poder oligárquico latifundiário regional, assim como recrutar imigrantes para servir e estruturar o exército. Outro motivo para a abertura da imigração europeia estava ligado às questões sociais, isto é, o branqueamento¹⁵ da população, pois, como uma boa parte da população brasileira era composta por escravos africanos, o medo povoava

¹⁵ Segundo Giralda Seyferth (2003), a política de branqueamento da raça já estava lançada implicitamente na Carta Régia assinada pelo rei D. João VI, que autorizou o assentamento das famílias de imigrantes suíços no Rio de Janeiro. Um dos interesses dessa política era evitar possíveis levantes de escravos africanos na tomada do poder colonial brasileiro, assim como ocorreu no Haiti, em 1791. Percebe-se que o medo povoou o imaginário coletivo oligárquico, devido à crença de ocorrer o mesmo no Brasil. Conforme Dreher (2014), o imigrante vai ser usado contra o negro e, nesse processo, a ideia era formar uma nova estrutura social brasileira.

o imaginário coletivo das classes dirigentes. Sendo assim, a ideia era evitar possíveis revoltas, como acontecera no Haiti no final do século XVIII (DREHER, 2014).

Nos primeiros anos da década 1820, o Major Jorge von Schaeffer¹⁶ (DREHER, 2014), sob ordem do Príncipe Regente D. Pedro e José Bonifácio, dirigiu-se à Alemanha para trazer colonos e soldados com objetivo de ocuparem terras pouco exploradas e inseri-los no exército militar para manter a posse e a proteção de áreas menos povoadas contra invasão estrangeira (castelhanos). À prática do plano sobre recrutamento de grupos de pessoas para o Brasil, von Schaeffer recebeu instruções documentadas de como agir na empreitada. Essas instruções, baseadas na documentação, davam sustentação às propagandas de incentivo, tais como: pagamentos aos soldados em tempo de serviço e, após, direito à propriedade; propriedades gratuitas aos imigrantes (torno de 70 hectares); entre outros. A aquisição de um pedaço de terra para o colono significava estabilidade e segurança para o presente e o futuro. Era uma forma de desvincular-se dos grilhões da servidão.

6 Da Europa para o Brasil, a terra prometida e suas mudanças na paisagem

A ocupação das terras no Rio Grande do Sul por imigrantes germânicos se deu a partir de 1824, quando chegou o primeiro grupo na colônia Imperial de São Leopoldo¹⁷, antiga Feitoria do Linho Cânhamo, que era uma propriedade do governo imperial, fundada em 1783, e servia como área de plantação de cânhamo a qual era extraída a fibra para confeccionar cordas e amarras para barcos (DREHER, 2014). Por serem empreendimentos do império, onos quais se cultivava a terra e também se criavam animais, a economia até então se baseava na mão de obra de trabalhadores escravizados.

Ressaltamos que a escolha e criação de um núcleo colonial na região sul do Brasil, nesse caso São Leopoldo, era um plano que havia sido desenvolvido no período do Marquês de Pombal (1750-1777), conforme pontua Tramontini:

[...] a região desses 'colonos' foi estrategicamente definida por uma série de motivos. Seguiu-se um plano antigo, ainda do período pombalino, de criar fronteiras fortificadas com agricultores, com imigrantes europeus de países que não teriam demonstrado interesse em contestar o domínio português na América (TRAMONTINI, 2000, p. 116).

Inserir imigrantes europeus na antiga Feitoria do Linho Cânhamo era pertinente para o governo zelar e manter a posse dos limites meridionais do Império, assim como criar uma nova estrutura social, quebrar a hegemonia dos grandes latifundiários, limpar áreas ocupadas por grupos indígenas e abastecer a capital da

¹⁶ Ajudante de ordens da Imperatriz Leopoldina e encarregado de negociar com autoridades de Hamburgo, Birkenfeld e Mecklenburg-Schwerin para angariar pessoas ao Brasil.

¹⁷ Segundo Dreher (2014), o assentamento dos primeiros imigrantes na área que corresponde ao atual município de São Leopoldo, ocorreu onde havia dois empreendimentos da Coroa, que eram uma feitoria e uma estância. A partir delas, a ocupação irradiou-se para outras localidades.

Província (TRAMONTINI, 2000). Após a criação da colônia de São Leopoldo, segundo Günter Weimer¹⁸, foram fundadas mais duas. A 2ª Colônia foi instalada na antiga redução de São João das Missões, em 1825, na região noroeste do Rio Grande do Sul, e a 3ª, em 1826, localizava-se no litoral Norte, que abrange os atuais municípios de Três Forquilhas e Dom Pedro de Alcântara. A partir de São Leopoldo, os núcleos coloniais espalharam-se pelas áreas situadas, geralmente, à beira de rios localizados em vales onde os colonos foram assentados nas linhas e picadas¹⁹. Por esses caminhos abertos no mato, onde os colonos deram início a uma nova vida, transformaram o ambiente desconhecido em um lugar familiar.

Nem todas as Picadas eram de fácil acesso, pois muitas se localizavam em áreas geográficas bastante acidentadas ou distanciadas umas das outras, o que não era considerado um empecilho, pois os colonos mantinham contatos entre si. Referente a essas questões, Marcos Witt lembra sobre a articulação entre esses grupos culturais:

Se a tese do isolamento imperasse, a comunicação do litoral brasileiro com o interior (sertão) teria sido praticamente impossível. De certa forma, pode-se conjecturar que a tese do isolamento teria impedido a unificação territorial, uma vez que os núcleos estariam tão incommunicáveis que isso dificultaria a formação territorial do Brasil (WITT, 2008, p. 111).

A partir da década de 1850, com a Lei de Terras, os lotes passaram a ser vendidos e as propriedades diminuídas de 77 ha para 50 ha, e a partir da década de 1870, para 25 ha. Sobre a Lei de Terras, Iotti descreve que “A Lei de Terras, regulamentada em 1854 através do Decreto n. 13,18 de 30 de janeiro, definiu a significação de terras devolutas, aboliu a gratuidade de lotes aos colonos, estabelecendo como único título de posse a compra” (IOTTI, 2003, p. 7). Sobre a regulamentação por meio do decreto, Doris Fernandes Magalhães complementa:

A Lei de Terra de 1850 estabeleceu a necessidade de medição e demarcação das terras para legitimação e recebimento do título de propriedade, uma das formas de discernimento entre as particulares e devolutas (públicas, do Estado) (MAGALHÃES, 2003, p. 170).

Transformada em mercadoria, compreende-se que a Lei de Terras, regulamentada pela política imperial por meio do Decreto nº 1318, de 30/01/1854, passou a criar impedimentos à aquisição de terras devolutas e aguçou o interesse de empresas particulares, que viam como um negócio lucrativo. Segundo Dreher (2014), as terras nas mãos de particulares começaram a ser medidas com objetivo de promover a colonização. Os grupos de agricultores em áreas de florestas foram instalados por meio dos empreendimentos imobiliários. Sobre esses grupos assentados em áreas de vegetação densa, Doris Fernandes Magalhães (2004, p. 170) menciona como frente pioneira em que a produção de subsistência amplia-se para abastecer o comércio,

¹⁸ Weimer e Tramontini utilizaram como fonte bibliográfica Jean Roche.

¹⁹ O termo picada refere-se aos caminhos estreitos abertos no mato com facão, foice e machado.

principalmente o local.

A rápida procura por novas terras fazia com que o seu valor aumentasse:

As terras valorizavam rapidamente e todas as disponíveis são ocupadas, mesmo as com moradores pobres e livres, mesmo as de encosta abrupta. A encosta, mesmo íngreme, era área de floresta onde estava o solo fértil e, por isso, cobiçada pelos negociantes do ramo imobiliário (MAGALHÃES, 2003, p. 170).

Sem a interferência administrativa colonial, a especulação imobiliária estava com as rédeas soltas, isto é, como não havia mais controle e fiscalização por parte do Governo Imperial. Particulares podiam se aproveitar dos preços dos imóveis. Em algumas colônias provinciais,²⁰ não havia mais espaço suficiente para cultivar. Com isso, muitas famílias de colonos foram obrigadas a sair para adquirir novos lotes para se instalar, cultivar e sobreviver.

Dentro do processo migratório na região sulina brasileira, com os agricultores alocados nos locais estabelecidos, a paisagem começou a ser modificada segundo os interesses econômicos e culturais de cada grupo. Conforme Etges (2000), Leo Waibel problematiza com a paisagem agrária ou rural. Para ele, a paisagem mostra-se de distintas formas: paisagem natural (*Naturlandschaft*), paisagem cultural (*Kulturlandschaft*) e paisagem econômica (*Wirtschaftslanschaft*). Atribuindo a essa concepção, interpretamos que as manifestações no espaço e seu desenvolvimento se dão partir de dois momentos, que são: 1) formação da paisagem econômica, isto é, modificada para a economia, podendo ser baseada na monocultura ou policultura; e 2) formação da paisagem cultural, impulsionada pela formação econômica, constituiu a partir das atividades que interagiram, como: tipos de cultivos, métodos utilizados, elementos artificiais (estradas, unidades habitacionais e/ou depósitos).

O imigrante, devido às suas necessidades, vivenciou um processo de hibridismo cultural, adaptou-se conforme as condições que o meio ofereceu, assim como introduziu novos hábitos alimentares e novas palavras e expressões ao idioma original (BUBLITZ, 2014). Cabe salientar que nem todos os imigrantes, como se imaginava, eram agricultores. Assim sendo, não tinham afinidades com os trabalhos agrícolas, pois na sua terra natal alguns possuíam ofícios como artesãos, carpinteiros, comerciantes, domésticos, entre outros. Desse modo, inseridos no seu torrão, encontraram dificuldades para se manter, levando, a certo momento, ao abandono da propriedade. Porém, outros, mesmo tendo já trabalhado como agricultores, imaginaram um cenário utópico com as áreas já prontas para o cultivo, fato que não correspondeu à realidade.

Encaminhados para os seus lotes, depararam-se com uma densa vegetação nem um pouco familiar, pois em seus locais de origem não havia tal flora, como afirma Bublitz:

²⁰ Denominadas como “antigas colônias” provinciais, o excedente populacional dessas colônias migrou para as chamadas “novas colônias”, no final do século XIX, que se localizavam na região noroeste do Rio Grande do Sul, como exemplo Ijuí e Cerro Largo (antigo Serro Azul).

No lugar de campos tranquilos e bucólicos, como muitos imaginaram, ou mesmo de áreas já domesticadas pela mão humana, com as quais estavam acostumados, os forasteiros encontraram um cenário intimidador. Ali, nos confins do Brasil meridional [...] imperava a chamada *Urwald* [...]. Era a 'floresta virgem', feita de imensos exemplares de cedros, cabriúvas, anícos e canafístulas e de emaranhados de cipós e trepadeiras. Uma paisagem ambígua, que despertou medo e, ao mesmo tempo, fascínio (BUBLITZ, 2010, p. 55).

Além de se depararem com uma vegetação densa e heterogênea, as famílias tiveram que se adaptar à nova realidade, enfrentar as dificuldades e perigos²¹, como ataques de animais de grande porte. Diante das mazelas que permeavam nos espaços onde estavam assentados, muitos agricultores que se estabeleceram na região sul do Brasil passaram a se organizar socialmente com base ao caráter relacional da etnicidade. Fazendo parte do espaço ocupado em que um dos aspectos fundamentais para a estruturação local era a identidade social, podemos perceber as formas culturais distintas impressas na paisagem atreladas aos valores vivenciados individual ou coletivamente.

6.1 Breve histórico de ocupação de Nova Petrópolis

O município de Nova Petrópolis, estabelecido entre os rios Caí e Cadeia, faz limite com os seguintes municípios: Gramado, Caxias do Sul, Vale Real, Linha Nova, Picada Café e Santa Maria do Herval. Em uma análise concisa, serviu de palco para os interesses políticos imigracionistas da província sul-rio-grandense na segunda metade do século XIX. Sua formação e trajetória político-administrativa estiveram vinculadas a São Leopoldo, de 1858 a 1875; de 1875 a 1954, passou a configurar como 3ª Distrito de São Sebastião do Caí. Após 1954, adquiriu sua emancipação política, tornando-se município.

Instalada em 1858, a antiga Colônia Provincial de Nova Petrópolis localizava-se no limite das terras consideradas como antigas colônias. Mantinha divisa territorial com a Colônia Alemã de São Leopoldo e possuía cerca de 20 picadas e 706 lotes coloniais. Segundo Helga Piccolo (1989), essa nova colônia estabelecida era uma extensão da Colônia Alemã de São Leopoldo, rumo Norte, que dava acesso para os altos da serra. Em local estratégico, que ligava os altos da serra com a capital, começou a receber famílias de imigrantes germânicos de partes distintas da Alemanha, como a região do Hunsrück, Centro e parte Oriental. Entendemos que o planejamento da Colônia de Nova Petrópolis tinha também como propósito fixar um entreposto co-

²¹ O perigo estava também relacionado aos ataques indígenas, segundo alguns relatos. O processo de ocupação das terras fazia parte do projeto político imperial, isto é, ocupar e limpar as áreas de florestas. No entendimento do imigrante (DREHER, 2014), terra demarcada era espaço fechado. Já para os povos indígenas, essa concepção não fazia parte da sua cultura, pois a terra era de uso coletivo, de onde extraíam seus recursos para sobrevivência. O contato entre esses dois mundos culturais distintos não ocorreu amistosamente, pois provocou perdas humanas dos dois lados (colonos e indígenas). Entendemos que ambas as culturas foram vítimas de um projeto imperial, sendo um dos objetivos ocupar e cultivar as terras, dando início à produção interna baseada na policultura.

mercial, ligando a região de Porto Alegre, o Vale dos Sinos e a região serrana e possibilitar o desenvolvimento e a expansão de outras colônias a partir da colônia de São Leopoldo.

Os primeiros imigrantes a se instalarem na região eram trabalhadores rurais protestantes oriundos da Pomerânia e Saxônia. A partir de 1860, instalaram-se algumas famílias vindas da região Centro-Oeste da Alemanha e, por volta de 1870, chegaram vários grupos originários da Boêmia, sendo muitos operários de áreas industrializadas (DREHER, 2014). Vindos de regiões diferentes da Alemanha, esses grupos foram alocados em muitos pontos da colônia. Cabe ressaltar que a colônia provincial de Nova Petrópolis não foi ocupada somente por imigrantes alemães, mas também por descendentes que saíram das antigas linhas próximas a São Leopoldo e outros grupos étnicos de outras regiões e países. Dentro do seu contexto de localização, ela está inserida em uma região de corredor cultural, isto é, próxima às colônias italianas e locais de ocupação luso-brasileira. Considerando isso, Helga I. Landgraf Piccolo descreve:

Nova Petrópolis, além de alemães, recebeu imigrantes italianos, franceses e holandeses, austríacos e até norte-americanos. E no meio desse elemento estrangeiro, também esteve presente o elemento nacional, nem sempre recebendo o apoio e as vantagens concedidas ao imigrante (PICCOLO, 1989, p. 49).

Essas formas culturais distintas estavam distribuídas conforme as suas origens. Segundo dados levantados pelo Pe. Arsênio José Schmitz (1975) sobre os imigrantes germânicos, os de origem saxônica, parte deles fixou-se em Linha Olinda; outros, na sede (*stadtplatz*).

Os pomeranos, que chegaram em maior grupo, assentaram-se nas localidades próximas ao Rio Caí e na sede; já os boêmios rumaram para as localidades de Linha Imperial, Treze Colônias, Linha Brasil, Linha Gonçalves Dias, Linha Araripe, Nove Colônias, Linha Marcondes e também na sede.

Algumas famílias de italianos chegaram a partir de 1875. Por iniciativa do governo imperial, ocuparam lotes localizados próximos ao Rio Caí, como Nossa Senhora do Pedancino, Linha Faria Lemos, Sertório e Barros Pimentel. Os de descendência lusitana estavam assentados na parte Leste, cercanias da Colônia de Nova Petrópolis, na localidade denominada de Chapadão. O fato de serem alojados em áreas específicas não significa que não tiveram trocas culturais. Sendo a maioria famílias de lavradores, determinados métodos de trabalhar na terra eram desconhecidos por eles, dessa forma, a apropriação do sistema de *coivara* reforça um indício de contato com a cultura nacional.

Outro ponto relevante são os hábitos alimentares, como cultivar o feijão, o aipim, coletar o pinhão, abater algumas aves e mamíferos, assim como o churrasco e o chimarrão, que também fizeram e fazem parte da dieta do colono. Assim como métodos de trabalho e alimentos, segundo Telmo Lauro Müller (1981), algumas palavras alemanizadas como *melone* (melancia), *makuke* (macuco), *facon* (facão), *carret* (carreta), *range* (laranja) e *scharak* (jararaca) foram introduzidas no dialeto.

As expressões culturais como o dialeto, construções em técnica enxaimel, mé-

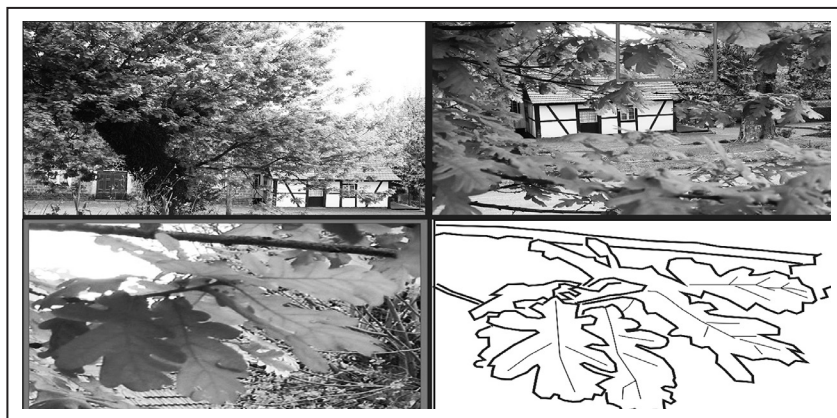
todos de cultivo, modos e costumes, organização das propriedades nas localidades de Nove Colônias, Linha Marcondes, Linha Araripe e Campestre do Tigre, consideradas ainda áreas rurais, podem ser entendidas como uma forma de firmar a identidade e manter a memória viva dos grupos familiares que ocuparam cada espaço. Percebemos que, entre as manifestações culturais que se destacam na paisagem, está a arquitetura em técnica enxaimel, a qual permitem conhecer a dinâmica e a peculiaridade desses lugares. Esses tipos de habitações marcam momentos históricos que permitem conhecer o passado cultural dos primeiros imigrantes e/ou descendentes de alemães. Para as gerações da atualidade, é percebida como símbolo de representação e afirmação identitária.

Outros valores atribuídos na paisagem rural, mas não menos importantes, nas localidades mencionadas, estão também expressos por meio de plantas exóticas, como o carvalho, que foi introduzido para dar forma semelhante a uma paisagem que era familiar, e está viva na memória dos descendentes das primeiras famílias que ocuparam esses lugares. Essa nostalgia manifestada na paisagem por meio da representação material-simbólica justifica-se pela reflexão de Edvânia T. A. Gomes:

A gestação de uma paisagem coletiva se encontra dependente da capacidade de convencimento e sensibilização cultural e evocativa do agente impulsionador que cria e reproduz sua representação em larga escala, bem como, entre outros fatores, da reelaboração da imagem como memória (GOMES, 2001, p. 57).

Essa habilidade de o indivíduo reproduzir ou reelaborar uma determinada paisagem está condicionada ao distinguir os elementos do seu interesse, os quais evocam significados dentro da sua dimensão histórica cultural. Incorporada à paisagem cultural agrária, onde se evoca um cenário “familiar”, visualizamos um exemplar de carvalho europeu, como percebemos na Figura 2:

Figura 2 - Exemplar de carvalho europeu na localidade de Nove Colônias, Nova Petrópolis/RS



Fonte: Acervo particular de Peter. Inverno de 2015.

Segundo Bublitz (2014), a reconstrução de um novo ecossistema na paisagem, com a introdução de algumas espécies de plantas típicas europeias aclimatadas em solo brasileiro, como o carvalho, álamo e plátano, era para tentar tornar o novo ambiente o mais próximo possível em relação à terra natal.

Para os grupos que compõem esses lugares, cujas características podem dar sentido à paisagem, Claval ressalta:

A paisagem desempenha um papel na aquisição, por cada um, de conhecimento, de atitudes e de reflexos dos quais temos necessidade para viver: ela constitui o quadro em relação ao qual aprendemos a nos orientar; ela fala da sociedade na qual se vive, e das relações que as pessoas aí estabelecem com a natureza; este cenário está carregado de lembranças históricas cuja significação é apreendida pouco a pouco. A paisagem é, assim, uma das matrizes da cultura (CLAVAL, 1999, p. 92).

Portanto, as manifestações de aspectos materiais e imateriais na paisagem as tornam portadoras de significados de valores e crenças nas quais estão depositadas as histórias e experiências do tempo presente e do passado dos personagens que nela ocuparam e ocupam. Assim sendo, a paisagem cultural das localidades de Nove Colônias, Linha Marcondes, Linha Araripe e Campestre do Tigre apresentam narrativas dos diferentes tempos de interação entre homem e natureza.

7 Considerações finais

O presente trabalho, ao propor uma análise da paisagem cultural no contexto rural no município de Nova Petrópolis/RS, antiga Colônia Provincial, parte de outra ótica que envolve a ocupação do imigrante alemão no Brasil. Enquanto algumas pesquisas abordam a imigração alemã por meio de um olhar sobre o colono labutador, obediente, desbravador e/ou que trouxe o progresso e também consequências ambientais, tais como o favorecimento para o desflorestamento, esta pesquisa objetivou expor as contribuições dos imigrantes ou descendentes como protagonistas na construção dos espaços onde foram assentados, transformando esses lugares em um lugar familiar, nos quais depositaram suas heranças, lembranças e memórias, modos e costumes.

Os estudos sobre a Paisagem Cultural permearam por alguns caminhos. Ela passou a ser interpretada em obras por artistas plásticos e literários, após o século XV, estendendo-se até o século XVIII, os quais, dentro de cada campo, objetivaram explicitar as paisagens com significados simbólicos, a descrição de um recorte geográfico que foi adaptado nas pinceladas e escrita do gênio criador humano. No findar do século XVIII e decorrer do XIX, a paisagem passou a ser percebida de outra forma.

A integração entre homem e natureza em um determinado espaço, que converge em paisagem cultural, deve ser compreendida de forma unificada, pois o conceito de paisagem é um somatório de formas, nas quais foram depositados, em sucessivos períodos, as heranças de um indivíduo ou grupo social. Já o espaço, por ser a matriz, é transtemporal, passado e presente, no qual se articulam e interagem

formas culturais homogêneas ou heterogêneas.

Sendo assim, as localidades de Nove Colônias, Linha Araripe, Linha Marcondes e Campestre do Tigre, todas até meados do século XX, pertenciam ao atual município de Nova Petrópolis/RS, onde foram assentados imigrantes oriundos de algumas regiões da Alemanha, transformaram esses lugares conforme a organização dos lotes de terras e seus atributos culturais. Algumas características ainda são perceptíveis e estão expressas na arquitetura enxaimel, no dialeto, no cultivo de plantas exóticas (carvalho), entre outras manifestações culturais.

Essas manifestações culturais de aspectos materiais e imateriais, portadoras de significados, são as experiências históricas do tempo presente e do passado dos personagens que ocupam e ocuparam esses espaços. Nesse sentido, em um contexto de construção da paisagem natural em cultural, as representações culturais, materiais e imateriais promovem possibilidades à construção da identidade local e de manter viva a memória de seus antepassados.

Referências

ALMEIDA, Alberto Alexandre Lima de. Revisitando os significados de paisagem à luz das abordagens do pensamento geográfico. *Revista Geografar*, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 104-120, dez. 2014. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/geografar/article/view/38010>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

BUBLITZ, Juliana. Os significados da floresta: Elementos para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. In: PEREIRA, Elenita Malta; RÜCKERT, Fabiano Quadros; MACHADO, Neli Galarce (Orgs.). *História ambiental no Rio Grande do Sul. Lajeado*: Univates, 2014.

CALAINHO, Daniela Buono. *História Medieval do Ocidente*. Petrópolis: Vozes, 2014.

CARTA DE ATENAS 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

CARTA DE BAGÉ ou CARTA DA PAISAGEM CULTURAL. 2007. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Bage_PaisagemCultural.pdf> Acesso em: 15 fev. 2014.

CHANCELA DA PAISAGEM CULTURAL. IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Florianópolis: UFSC, 2001.

_____. *Terra dos Homens*. A geografia. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. A geografia cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937). Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Texto promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília – 2013. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html>. Acesso em: 15 fev. 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. Carl Sauer e a Escola de Berkeley: uma apreciação. *In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Matrizes da Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

_____. Geografia cultural: Passado e futuro - uma introdução. *In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

COSTA, Luciana de Castro Neves; SERRES, Juliane Conceição Primon. Paisagem Cultural: novas leituras do patrimônio cultural?. *3º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural Patrimônio e Projeto - Desafios e Perspectivas*. Belo Horizonte, de 15 a 17 de setembro. 2014. Disponível em: <<http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2014/trabalho/32/paisagem-cultural-novas-leituras-do-patrimonio-cultural>>. Acesso em: 25 jun. 2015.

DREHER, Martin N. *190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimento e lembranças*. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.

GEOMORFOLOGIA E PAISAGEM. Disponível em: <<http://www.funape.org.br/geomorfoлогия/cap6/>>. Acesso em: 29 out. 2015.

ETGES, Virgínia Elisabeta. *Geografia Agrária: a contribuição de Leo Waibel*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. Natureza e Cultura: Representações na paisagem. *In: ZENY, Rosendahl; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e Colonização*. 2003. Disponível em: <https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaucha/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v3n5/doc/07Luiza_lotti.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2015.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re) significação da paisagem no período contemporâneo. *In: ZENY, Rosendahl; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

MAGALHÃES, Doris Rejane Fernandes. *Terras, Senhores, Homens Livres, Colonos e Escravos na Ocupação da Fronteira no Vale dos Sinos*. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2003.

MÜLLER, Telmo Lauro. *Colônia Alemã: imagens do passado*. Porto Alegre: EST, 1981.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 9. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PICCOLO, Helga I. Landgraf. *Contribuição para a História de Nova Petrópolis*. Colonização e Evolução da Colônia. Caxias do Sul: EDUCS, 1989.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem Cultural e Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3850>>. Acesso em: 5 nov. 2013.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

SEYFERTH, Giralda. *Colonização, imigração e a questão racial no Brasil*. 2003. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/53/12-giralda.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: A colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850*. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: anseios políticos no contexto da imigração e da colonização alemã (Rio Grande do Sul - século XIX)*. Disponível em: <<http://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3778/1/000397526Texto%2BCompleto-0.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2015.